

ANÁLISE DA ROTATIVIDADE NO MERCADO DE TRABALHO ACREANO NA DÉCADA DE 2000

SILVA, Joquebede Oliveira da¹ SILVA, Rubicleis Gomes da²

RESUMO: Os estudos sobre a rotatividade do mercado de trabalho possibilitam um conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento desse mercado, e este conhecimento é essencial para a construção de políticas públicas adequadas. O objetivo geral deste trabalho é avaliar a rotatividade no mercado de trabalho acreano, no período de 2000 a 2010. Os objetivos específicos são: a) analisar a evolução do emprego formal no estado do Acre; b) verificar o comportamento das taxas de admissão, demissão e rotatividade de trabalhadores; c) identificar quais setores de atividade econômica apresentaram maior flexibilidade e melhor desempenho na criação de emprego e; d) avaliar o crescimento líquido do emprego nos setores da economia. Este trabalho segue a metodologia de estimação de taxas de admissão, demissão, rotatividade e crescimento líquido do emprego para medir a flexibilidade do mercado de trabalho e o crescimento do emprego formal. Os resultados demonstram uma alta flexibilidade da mão de obra no Acre, pois a taxa de rotatividade de trabalhadores é bastante elevada. Apesar disso, a rotatividade no Acre é menor que a do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Rotatividade, Admissão, Demissão, Mercado de Trabalho.

ABSTRACT: Studies on the turnover of the labor market allow an understanding of the dynamics operating in this market, and this knowledge is essential for the construction of adequate public policies. The general objective of this paper is to analyze the labor market turnover in Acre, in the period 2000 to 2010. The specific objectives are: a) analyze the evolution of formal employment in the state of Acre; b) verify the behavior of rates of admission, discharge and employee turnover; c) identify which sectors of economic activity had greater flexibility and better performance in creating employment and; d) evaluate the net employment growth in sectors of the economy. This paper follows the methodology of estimation of rates of admission, dismissal, turnover and net employment growth to measure the flexibility of the labor market and the growth of formal employment. The results demonstrate a high flexibility of the workforce in Acre, because the rate of employee turnover is quite high. Nevertheless, turnover in Acre is lower than Brazil.

KEYWORDS: Turnover, Admission, Dismissal, Labour Market.

1. INTRODUÇÃO

A flexibilidade do mercado de trabalho pode ser fundamental quando, por exemplo, uma mudança no cenário econômico influencia a oferta ou a demanda por trabalho e desencadeia desequilíbrios nesse mercado. A flexibilidade alocativa, entendida como a possibilidade de mobilidade de trabalhadores entre segmentos, pode funcionar como medida de ajuste, realocando o fator trabalho onde mais é demandado.

Barros et al. (1997) afirmam que os desequilíbrios no mercado de trabalho são provocados por choques. Dado um choque, o mercado poderá se ajustar de duas formas: alteração do nível salarial ou realocação da mão de obra entre os segmentos

¹ Bacharel em Economia, 2011, UFAC. E-mail joque.oliveira@gmail.com.

² Bacharel em Economia, 2001, UFAC; M.S. Economia Aplicada, UFV, 2003; D.S. Economia Aplicada, 2005, UFV. Pós-Doutor, Economia - UFJF, 2009. Professor de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia. E-mail: rubicleis@uol.com.br.

da economia. No caso de um choque agregado, onde todos os segmentos do mercado são igualmente afetados, a flexibilidade salarial pode responder de forma eficiente trazendo o mercado ao equilíbrio. Entretanto, se houver um choque idiossincrático, quando alguns segmentos são beneficiados enquanto outros são prejudicados, a realocação do trabalhador é mais indicada para reequilibrar o mercado.

É evidente que um mercado de trabalho flexível consegue se ajustar mais rapidamente de acordo com as mudanças da demanda e, nesse sentido, a rotatividade de trabalhadores pode ser uma importante ferramenta de ajuste ao equilíbrio do mercado de trabalho. Contudo, o excesso de rotatividade também pode ser prejudicial à economia.

Corseuil et al. (2002) adverte que é importante avaliar a capacidade alocativa visto que, se um mercado de trabalho com dificuldades de ajustamento pode causar danos a economia, o excesso de flexibilidade também pode acarretar o mesmo efeito.

Mercados de trabalho pouco flexíveis, com pouca realocação, podem sugerir dificuldades de rearranjos alocativos ao longo do ciclo econômico, com possíveis perdas de eficiência. Por outro lado, uma grande realocação de postos de trabalho pode gerar grande insegurança para os trabalhadores [...]. Esses fluxos entre empregos podem gerar grandes custos de ajustamento, com efeitos também negativos sobre a economia. (CORSEUIL et al., 2002, p. 37)

Argumento semelhante acerca da rotatividade é apresentado por Ibsen e Westergaard-Nielsen apud Rodrigues e Machado (2006). Para eles, a rotatividade de trabalhadores é um fator essencial para o bom funcionamento da economia, pois, em um mercado de trabalho flexível, os recursos humanos podem ser utilizados onde mais são demandados. No entanto, reconhecem que, se por um lado uma alta rotatividade facilita os trabalhadores a encontrarem um novo emprego, também acarreta vários custos, como perda de capital humano e capital social.

A discussão sobre flexibilidade passa por outro ponto interessante que é a preocupação com qualidade dos postos de trabalho gerados. Para Gonzaga (1998), a alta rotatividade da mão de obra, além de provocar perdas de produtividade na economia, pode sugerir baixa qualidade do emprego. O autor afirma que:

[...] a alta produtividade da mão-de-obra depende não apenas de alta qualificação geral da força de trabalho (via educação), mas também de capital humano específico desenvolvido através de treinamento dentro do ambiente de trabalho. Dessa forma, uma alta rotatividade da mão-de-obra, ao prejudicar o investimento em treinamento, impede um aumento da produtividade e da qualidade no emprego. (GONZAGA, 1998, p. 120)

O excesso de rotatividade também pode causar o aumento da informalidade, isto porque o custo de demissão de um trabalhador sem carteira assinada é menor. Assim, algumas empresas percebendo os custos que incidirão no ato da demissão, acabam optando por não formalizar postos de trabalho de baixa qualificação. Mesmo as empresas que optam pela contratação formal preferem não manter contratos por longo período, uma vez que os custos aumentam proporcionalmente ao tempo de serviço.

Ramos e Reis (1997) acreditam que a legislação trabalhista brasileira, através dos programas de proteção social como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Seguro Desemprego incentiva a informalidade e a rotatividade, principalmente da mão-de-obra pouco qualificada, já que permite aos trabalhadores e firmas se beneficiarem com as demissões. Autores como Gonzaga (1998), Corseuil et al. (2002) e Almeida (2004) compartilham dessa mesma visão.

Ainda nesse sentido Corseuil et al. (2002) explicam que:

Os altos encargos sobre a folha de pagamentos das firmas, crescentes com o tempo de contratação (em especial FGTS), associados aos incentivos para que os trabalhadores forcem sua demissão como forma de ter acesso a uma série de benefícios (FGTS, multa do FGTS, seguro-desemprego) incentiva a rotatividade e desestimula o investimento das firmas no aumento do capital humano de seus funcionários. (CORSEUIL et al. 2002, p.1)

Portanto, a alta rotatividade da mão-de-obra não qualificada, decorrente da convergência de interesses de empresas e trabalhadores, ao inibir o investimento no treinamento destes trabalhadores, contribui para a geração de mais rotatividade. A este problema Ramos e Reis (1997, p.16) denominam de “círculo vicioso de baixa qualificação, curta permanência no emprego e ausência de treinamento”.

Todo este debate acerca da flexibilidade do emprego nos induz a questionar qual o comportamento do mercado de trabalho acreano quanto à rotatividade? Surge a necessidade de conhecer o desempenho dos fluxos deste mercado, se trata de um mercado flexível ou com dificuldades de realocação, se tem expandido ou diminuído o número de postos de trabalho, que setores de atividades têm apresentado maior flexibilidade, ampliação ou perdas de emprego, entre outras questões.

Conhecer a resposta destes questionamentos é muito importante para que o Estado possa criar mecanismos de ajustamento do mercado de trabalho, de forma que não haja problemas de rigidez, nem tampouco excesso de flexibilidade, impedindo efeitos negativos sobre a economia. De acordo com Almeida (2004, p.1) “o Estado precisa tentar conhecer o mercado de trabalho quanto à flexibilização, pois é necessário que se crie incentivos para o investimento em capital humano, sem diminuir a eficiência produtiva da economia”.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a rotatividade no mercado de trabalho acreano, no período de 2000 a 2010. Especificamente pretende-se: a) analisar a evolução do emprego formal no estado do Acre; b) verificar o comportamento das taxas de admissão, demissão e rotatividade de trabalhadores; c) identificar quais setores de atividade econômica apresentaram maior flexibilidade e melhor desempenho na criação de emprego e; d) avaliar o crescimento líquido do emprego nos setores da economia.

A hipótese adotada é a de que o mercado de trabalho acreano possui um alto grau de flexibilidade com altas taxas de admissão e demissão de trabalhadores e, por consequência, elevada taxa de rotatividade.

A área de estudos sobre rotatividade, criação e destruição de emprego recebeu mais atenção a partir dos anos 90, com o desenvolvimento de bases de dados confiáveis sobre empresas em vários países, inclusive no Brasil. Isso tornou possível aprofundar o conhecimento sobre o comportamento da demanda por trabalho. Para o estado do Acre, infelizmente, não há discussão sobre o tema. O único estudo que chegou a calcular a taxa de rotatividade com desagregação para todas as unidades da federação foi elaborado por Corseuil et al. (2002), contudo, o debate sobre o Acre é bastante sintetizado, de forma que existe uma lacuna de um estudo específico sobre essa questão no Estado.

No Brasil os principais trabalhos que estimaram a rotatividade, a criação e a destruição de postos de trabalhos foram desenvolvidos por Pazello, Bivar e Gonzaga (2000), Corseuil et al. (2002), Almeida (2004) e Rodrigues e Machado (2006).

Pazello, Bivar e Gonzaga (2000), estudaram o processo de criação e destruição de empregos por tamanho de empresa de forma pioneira no Brasil, no setor industrial, no período de 1986 a 1995 utilizando a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como base de dados. Nesta pesquisa os autores procuraram estabelecer uma relação entre as taxas de realocação do emprego, qualidade do emprego e tamanho da firma para saber quais empresas eram responsáveis pela criação e destruição de postos de trabalho na indústria brasileira e quais empresas ofereciam os melhores postos de trabalho.

Os autores chegaram à conclusão de que são as pequenas empresas que mais criam e destroem postos de trabalho, e conseqüentemente, apresentam a maior rotatividade. A participação das micro, pequenas e médias empresas na criação e destruição de emprego é praticamente igual a participação das grandes empresas nos valores absolutos. Com relação à qualidade do posto de trabalho, medida pelo valor dos salários e dos benefícios e pela estabilidade das relações contratuais, os resultados mostram que as grandes empresas pagam os maiores salários e benefícios, porém, a estabilidade é baixa em todas as empresas do setor industrial.

Corseuil et al. (2002), também analisaram a criação e destruição de postos de trabalho no Brasil entre os anos de 1996 a 1998. A pesquisa é feita por tamanho de empresa, setores de atividade econômica, localização geográfica e natureza jurídica. A base de dados utilizada foi o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE. Foi avaliado o comportamento da taxa de variação líquida do emprego, da realocação de emprego e sua composição entre criação de empregos por nascimento de firmas, criação de empregos por expansão de firmas, destruição por retração de firmas e destruição por mortes de firmas.

Os autores verificaram uma alta realocação de postos de trabalho entre estabelecimentos, sendo cerca de 40% da rotatividade devido à falência e a abertura de novas unidades locais de atividade. A rotatividade de postos de trabalho varia muito entre setores de atividade e entre regiões e acontece, na maioria das vezes, dentro de cada setor. Os pequenos estabelecimentos, apesar de terem as maiores taxas de destruição, foram os que mais contribuíram para o crescimento líquido do emprego e observa-se uma relação negativa entre tamanho e realocação.

Almeida (2004) analisa a criação e destruição de postos de trabalho no setor formal no Brasil, no período de 1985 a 2001, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O foco da pesquisa é a desagregação por sexo. Os resultados descritos mostraram que as mulheres ocupam postos de trabalho mais estáveis, com menores taxas de rotatividade. Os homens têm maiores taxas de criação de emprego em todas as regiões do país, porém, também apresentam maiores taxas de demissão. Na análise setorial, Almeida (2004) verificou que a construção civil apresentou maior rotatividade de trabalhadores. O maior crescimento líquido de emprego foi observado nos setores de comércio e de serviços.

Rodrigues e Machado (2006) estudaram o processo de criação e destruição de postos de trabalho nos estados de Minas Gerais e São Paulo, no período de 1990 a 2003. Na pesquisa foram utilizados dados da RAIS, desagregados por setor de atividade econômica e categorias de ocupação.

Os resultados obtidos indicam que, no período analisado, a rotatividade média de trabalhadores em Minas Gerais é mais elevada que em São Paulo. O crescimento líquido do emprego também foi maior em Minas Gerais. O setor que mais gerou empregos em Minas Gerais foi o comércio e em São Paulo, a administração pública. Nos resultados ocupacionais, a proporção entre ocupações manuais, médias e superiores seguiu constante nos dois Estados. Em média, 53% dos trabalhadores ocupavam postos da categoria manual, 29% ocupavam postos da categoria média e 18% integravam ocupações superiores. Entretanto, a maior capacidade de geração de empregos em termos relativos está relacionada aos postos manuais em Minas Gerais e aos postos superiores em São Paulo.

Cada uma dessas pesquisas foi inovadora em algum aspecto, pois mostraram abordagens diferenciadas sobre o tema e trouxeram importante contribuição dentro do contexto em que foram elaboradas. Este trabalho que agora é apresentado também é importante, visto que, é a primeira tentativa que se conhece de estimar as taxas de admissão, demissão e rotatividade de trabalhadores para medir a flexibilidade do mercado de trabalho em todos os municípios do estado do Acre.

Além desta introdução, trabalho está dividido em mais dois capítulos. O segundo descreve a metodologia da pesquisa, como foram definidas as variáveis e a fonte utilizada; o terceiro capítulo demonstra os resultados da pesquisa e é subdividido em três partes, sendo a primeira um estudo das principais características do mercado de trabalho acreano e sua evolução em 11 anos, a segunda, uma análise global das estimativas de admissão, demissão e rotatividade, apresentando resultados agregados e a terceira parte, uma análise setorial. Por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho.

2. METODOLOGIA

O Modelo utilizado para mensurar os fluxos de trabalhadores segue a metodologia, adaptada para dados brasileiros primeiramente por Pazello, Bivar e Gonzaga (2000), e seguida por autores como Corseuil et al. (2002), Almeida (2004) e Rodrigues e Machado (2006).

2.1 Definição das variáveis

Para avaliar a rotatividade no mercado de trabalho foram utilizados alguns indicadores, que são: taxa de admissão, taxa de demissão, taxa de rotatividade e crescimento líquido do emprego.

Todos os indicadores têm como referência o estoque médio de trabalhadores, denominado X , calculado para todo o conjunto de estabelecimentos ou firmas.

$$X_t = \frac{(\text{Empregados no ano } t + \text{Empregados no ano } t + 1)}{2} \quad (1)$$

em que o número de empregados é igual ao somatório de todos os vínculos empregatícios de todas as empresas no referido ano.

2.1.1 Taxa de Admissão

A taxa de admissão ($TXAdm_t$) é definida pela soma do número de admissões de cada empresa i no ano t , dividido pelo estoque médio de trabalhadores no ano t .

$$TxAdm_t = \sum_{i=1}^n \left(\frac{\text{Número de Admissões}_{it}}{X_t} \right) \quad (2)$$

onde n é o número de empresas.

2.1.2 Taxa de Demissão

De modo simétrico, a taxa de demissão $TxDem_t$ corresponde ao somatório do número de demissões de cada firma i , no ano t , dividido pelo estoque médio de trabalhadores no ano t .

$$TxDem_t = \sum_{i=1}^n \left(\frac{\text{Número de Demissões}_{it}}{X_t} \right) \quad (3)$$

em que n é o número de empresas.

2.1.3 Taxa de Rotatividade de Trabalhadores

A Rotatividade dos trabalhadores ($RTrab_t$) é dada pelo somatório das taxas de admissão e demissão no ano t e constitui o percentual de trabalhadores que trocaram de emprego ou passaram das condições de ocupado para desempregado ou inativo e vice-versa. Dessa forma, a taxa de rotatividade é capaz de quantificar todo o reajustamento das oportunidades de emprego entre diferentes firmas e nos diversos setores.

$$RTrab_t = TxAdm_t + TxDem_t \quad (4)$$

2.1.4 Taxa de Crescimento Líquido do Emprego

O crescimento líquido do emprego (CLE_t) é a diferença entre as taxas de admissão e demissão de trabalhadores no ano t .

$$CLE_t = TxAdm_t - TxDem_t \quad (5)$$

Os indicadores são analisados de forma agregada para o estado do Acre e por setores de atividade econômica.

As variáveis utilizadas neste trabalho são o vínculo empregatício, setor de atividade, municípios por unidade da federação, além das informações de admitidos e demitidos por empresa.

Para a análise setorial, a divisão da atividade econômica é o Setor de Atividade segundo o IBGE, que divide a economia em Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca.

2.2 Fonte de dados

A base de dados utilizada é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. A RAIS é um registro administrativo com periodicidade anual e de caráter obrigatório para todos os estabelecimentos existentes no território nacional, inclusive para aqueles que não registraram vínculos empregatícios no exercício. Dessa forma, é possível uma cobertura acima de 97% do setor formal da economia.

Contudo, é importante advertir que, como todo Registro Administrativo, a RAIS apresenta limitações, sendo a principal delas a omissão de declarações. Como os dados são fornecidos pela empresa, ou seja, a fonte de informação é unilateral, devem ser interpretados com cautela.

Neste trabalho foram selecionados os dados para o Acre por município e setor econômico, no período de 2000 a 2010. Em 2010 foram registrados cerca de 6.500 estabelecimentos. Em termos de trabalhadores, a cobertura da pesquisa foi de 121.187 vínculos ativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será feita uma análise das principais características do mercado de trabalho acreano e das estimações dos indicadores de rotatividade e criação de emprego no setor formal da economia acreana. A primeira seção mostra o comportamento do mercado formal acreano. A segunda seção apresenta as taxas agregadas de admissão e demissão de trabalhadores, rotatividade e crescimento líquido do emprego, fazendo um comparativo entre o Acre e o Brasil. A terceira seção analisa as mesmas taxas com controle de setor de atividade econômica.

3.1. Análise da evolução do mercado de trabalho acreano

A história econômica e social do Acre está intimamente relacionada à atividade extrativista. A exploração da borracha natural foi responsável pelo povoamento da região e impulsionou a economia durante dois períodos conhecidos como ciclos da borracha. O primeiro ciclo ocorreu entre 1879 a 1912 e o segundo entre 1942 e 1945 durante a Segunda Guerra Mundial. O extrativismo da borracha revelou-se de imediato muito lucrativo e atraiu trabalhadores de várias regiões para o Acre.

Quando a borracha da Amazônia deixou de ser competitiva no mercado mundial, muitos trabalhadores que permaneceram nos seringais passaram a viver da agricultura de subsistência, da exploração da madeira ou criação de gado. De fato, o mercado de trabalho era tipicamente rural. A maioria da população residia na zona rural. Na década de 60, por exemplo, de acordo com o censo do IBGE, quase 80% da população residia na zona rural. Até a década de 80 a maioria da população acreana pertencia à zona rural. O trabalho formal praticamente não existia.

A inserção do trabalho formal no Acre veio com a organização política do Estado e o fortalecimento do setor público. Para se ter uma ideia da importância deste setor para o mercado de trabalho formal acreano, em 1985³ o número de trabalhadores empregados no mercado formal no Acre era de 34.553, deste total

³Ano inicial da série de Estoque de Empregos Formais divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.

21.608 trabalhadores pertenciam à administração pública. Em 2010 dos 121.187 trabalhadores formais, 57.764 pertenciam à administração pública, ou seja, em torno de 48% dos trabalhadores, o que demonstra que o setor público ainda é responsável por grande parte da oferta de postos de trabalho formal.

Tabela 1. Número de emprego formal segundo o gênero – Acre, 2000-2010.

Ano	Emprego Formal			Variação (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2000	31.811	29.637	61.448	-	-	-
2001	33.908	30.873	64.781	6,59	4,17	5,42
2002	35.930	32.509	68.439	5,96	5,30	5,65
2003	35.473	33.027	68.500	-1,27	1,59	0,09
2004	38.391	35.340	73.731	8,23	7,00	7,64
2005	42.037	37.394	79.431	9,50	5,81	7,73
2006	46.293	39.290	85.583	10,12	5,07	7,75
2007	49.912	42.097	92.009	7,82	7,14	7,51
2008	54.447	44.277	98.724	9,09	5,18	7,30
2009	58.936	47.077	106.013	8,24	6,32	7,38
2010	66.110	55.077	121.187	12,17	16,99	14,31
Total	-	-	-	107,82	85,84	97,22
Tx. cresc. anual	11,90	11,07	11,51	-	-	-

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria

Para uma melhor compreensão do comportamento do emprego formal nos últimos anos será feita uma análise da evolução do emprego formal no estado do Acre de 2000 até 2010, levando em consideração variáveis como o gênero, o grau de instrução, a faixa etária, a remuneração, a natureza jurídica e o setor econômico.

Tabela 2. Evolução do emprego formal e da PEA – Acre, 2001-2009

Ano	Número de Emprego	PEA	Emprego em relação a PEA (%)
2001	64.781	178.000	36,39
2002	68.439	194.000	35,28
2003	68.500	194.000	35,31
2004	73.731	303.000	24,33
2005	79.431	304.000	26,13
2006	85.583	327.000	26,17
2007	92.009	318.000	28,93
2008	98.724	328.000	30,10
2009	106.013	345.000	30,73
Tx. cresc. anual	12,88	14,42	-
Tx. cresc. acumulado	163,65	193,82	-

Fonte: IBGE/PNAD e MTE/RAIS. Elaboração própria.

O mercado de trabalho formal, que engloba trabalhadores com vínculos celetistas, estatutários, trabalhadores avulsos⁴ e por prazo determinado⁵, mostrou comportamento positivo na criação de empregos, com tendência praticamente constante de crescimento no período analisado, como pode ser visto na tabela 1.

De 2000 a 2010 o crescimento absoluto foi de 59.739 postos de trabalho, que equivale a uma variação percentual de 97,22%. Deste modo, em uma década ocorreu praticamente a duplicação do número de empregos formais. O ano de 2010 apresentou um salto no crescimento relativo do emprego, exibindo o dobro da variação percentual observada no ano anterior.

Tabela 3. Número de emprego segundo o grau de instrução e gênero – Acre, 2000/2010

GRAU DE INSTRUÇÃO	2000			2010			Variação (%)		
	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total
Analfabeto	1.107	579	1.686	786	134	920	-29,00	-76,86	-45,43
Até 5º Ano Inc.	5.358	3.928	9.286	5.685	2.500	8.185	6,10	-36,35	-11,86
5º Ano Compl. Fund.	2.081	873	2.954	2.240	790	3.030	7,64	-9,51	2,57
6º ao 9º Ano Inc. Fund.	4.109	2.999	7.108	4.437	2.348	6.785	7,98	-21,71	-4,54
Fundamental Compl.	5.983	5.345	11.328	9.196	5.821	15.017	53,70	8,91	32,57
Ens. Médio Inc.	2.185	1.462	3.647	4.008	2.168	6.176	83,43	48,29	69,34
Ens. Médio Compl.	7.247	9.288	16.535	28.296	23.737	52.033	290,45	155,57	214,68
Superior. Inc.	1.301	2.243	3.544	2.061	2.245	4.306	58,42	0,09	21,50
Superior Compl.	2.440	2.920	5.360	9.303	15.240	24.543	281,27	421,92	357,89
Mestrado	0	0	0	61	61	122	6.100,00	6.100,00	12.200,00
Doutorado	0	0	0	37	33	70	3.700,00	3.300,00	7.000,00
TOTAL	31.811	29.637	61.448	66.110	55.077	121.187	107,82	85,84	97,22

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Na comparação por gênero, as mulheres mostraram crescimento do emprego em todo o período, enquanto para os homens houve retração do emprego em 2003. Vale dizer que 2003 foi um ano atípico, pois foi o único em que a variação percentual do emprego é quase nula. Mesmo apresentando queda em 2003, a taxa de crescimento anual do emprego para os homens foi maior, sendo de 11,90% ao ano, enquanto para as mulheres foi de 11,07%. Apesar de toda a elevação do emprego formal percebida nos últimos anos no estado do Acre, a magnitude do crescimento do emprego mostrou-se insuficiente para acompanhar o aumento da População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com os dados da tabela 2, de 2001 a 2009, a taxa de crescimento do emprego anual foi de 12,88%, enquanto que a PEA cresceu a uma taxa de 14,42%. Durante todo o período analisado, mais da

⁴Trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra para o qual é devido o pagamento de FGTS.

⁵É regido pela Lei nº 9.601 e pode ser contratado por um período máximo de dois anos, desde que esse tipo de contrato tenha sido previsto em convenção ou em acordo coletivo.

metade dos trabalhadores estavam desempregados ou na informalidade. Em 2009, por exemplo, o número de empregados no mercado formal representava apenas 30,73% da PEA.

Ao analisar o perfil dos trabalhadores formais acreanos segundo o grau de instrução, nota-se que a maioria possui o ensino médio completo. De 2000 a 2010 ocorreu um aumento significativo de postos de trabalho para quem possui nível médio completo, nível superior, mestrado e doutorado, conforme pode ser conferido na tabela 3. Em contrapartida houve queda no número de emprego para analfabetos, até o 5º ano incompleto e do 6º ao 9º ano incompleto do ensino fundamental. É interessante observar que o mercado de trabalho formal acreano tornou-se mais exigente quanto ao nível de instrução. Percebe-se que nestes 11 anos os postos de trabalho passaram a demandar pessoas mais escolarizadas.

Tabela 4. Percentual de emprego segundo o grau de instrução e gênero – Acre, 2010

GRAU INSTRUÇÃO	Masculino		Feminino		Total
	Valor Absoluto	(%)	Valor Absoluto	(%)	
Analfabeto	786	85,43	134	14,57	920
Até 5º Ano Incompleto	5.685	69,46	2.500	30,54	8.185
5º Ano Completo Fund.	2.240	73,93	790	26,07	3.030
6º ao 9º Ano Inc. Fund.	4.437	65,39	2.348	34,61	6.785
Fundamental Completo	9.196	61,24	5.821	38,76	15.017
Ens. Médio Incompleto	4.008	64,90	2.168	35,10	6.176
Ens. Médio Completo	28.296	54,38	23.737	45,62	52.033
Superior Incompleto	2.061	47,86	2.245	52,14	4.306
Superior Completo	9.303	37,90	15.240	62,10	24.543
Mestrado	61	50,00	61	50,00	122
Doutorado	37	52,86	33	47,14	70
TOTAL	66.110	54,55	55.077	45,45	121.187

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Quando se analisa a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho de acordo com a escolaridade, observa-se conforme a tabela 4, que as mulheres são maioria nos nível superior completo e incompleto. Nos demais níveis de escolaridade percebe-se uma larga vantagem dos homens, principalmente no nível 5º ano completo do ensino fundamental e analfabeto, representando 73,93% e 85,43%, respectivamente. Isto ocorre porque algumas atividades que não exigem grau de instrução elevado são em regra, exercidas por homens. Podemos utilizar como exemplo o setor da construção civil que emprega essencialmente pessoas do sexo masculino. Além do mais, as mulheres com baixa escolaridade, comumente são empregadas domésticas ou diaristas que não estão no mercado formal, e, portanto, não constam na pesquisa. De qualquer forma, este resultado demonstra que as mulheres estão ocupando postos de trabalho que exigem mais escolaridade.

É interessante observar também que os homens ocupam maior número de emprego formal, com 54,55% dos postos de trabalho em 2010. Em 2000 o percentual de empregos formais era de 51,77% para homens e 48,23% mulheres.

Quando o foco é a faixa etária, observa-se que houve crescimento acima de 100% nas faixas de 17 anos até 29 anos e de 50 a 64 anos, conforme pode ser visto na tabela 5. Isto pode representar uma abertura maior nos últimos anos para a entrada tanto de jovens como para pessoas acima de 50 anos no mercado de trabalho formal.

Tabela 5. Número de emprego segundo a faixa etária – Acre, 2000/2010

FAIXA ETÁRIA	2000	2010	Varição Absoluta	Varição (%)
Até 17 anos	162	506	344	212,35
18 a 24 anos	7.605	16.801	9.196	120,92
25 a 29 anos	9.172	21.276	12.104	131,97
30 a 39 anos	21.132	37.751	16.619	78,64
40 a 49 anos	14.810	26.129	11.319	76,43
50 a 64 anos	7.719	17.309	9.590	124,24
65 anos ou mais	820	1.414	594	72,44
Ignorado	28	1	-27	-96,43
TOTAL	61.448	121.187	59.739	97,22

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Embora tenha ocorrido nestes 11 anos um crescimento do emprego mais elevado para os jovens do que para outras faixas etárias, a maioria dos trabalhadores se encaixa na faixa de 30 a 49 anos em 2010, segundo observa-se na figura 1.

A faixa etária de 30 a 39 anos, com 31,2% é a que contempla o maior número de trabalhadores acreanos. Em seguida aparecem as faixas de 40 a 49 anos e 25 a 29 anos, com 21,6% e 17,6%, respectivamente, dos trabalhadores formais. A menor participação é da faixa dos jovens até 17 anos, ocupando menos de 1% dos postos de trabalho.

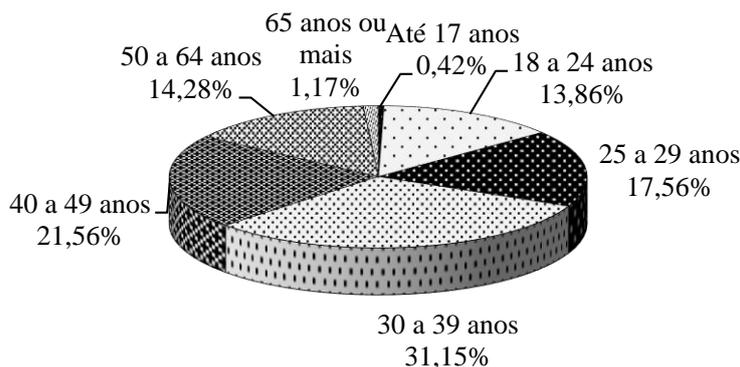


Figura 1. Percentual de emprego segundo a faixa etária – Acre, 2010

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Ao analisar a remuneração percebida pelos trabalhadores, verifica-se que o valor médio da remuneração dos empregos formais foi de R\$ 1.483,18. Conforme pode ser visto na tabela 6, houve crescimento dos rendimentos, especialmente de 2005 a 2007. Em comparação com a região Norte, a remuneração dos trabalhadores acreanos só esteve abaixo da observada na região Norte em 2000, no restante do período, o valor dos vencimentos pagos no Acre foi maior. De 2000 a 2010 houve um crescimento anual de 8,21% na remuneração dos trabalhadores do Acre. O crescimento salarial da região Norte foi de 7,82%.

Tabela 6. Remuneração média de dezembro, em reais, a preços de DEZ/2010 – Acre e Região Norte, 2000-2010.

Ano	Acre	Região Norte
2000	1.375,19	1.388,41
2001	1.453,09	1.332,42
2002	1.428,52	1.285,58
2003	1.294,93	1.239,61
2004	1.314,31	1.262,35
2005	1.360,78	1.291,79
2006	1.565,52	1.401,65
2007	1.646,80	1.421,52
2008	1.613,58	1.461,24
2009	1.610,69	1.503,14
2010	1.651,54	1.559,048
Média	1.483,18	1.376,98
Tx. cresc. anual	8,21	7,82
Tx. cresc. acumulado	120,10	112,29

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria. Nota: Deflator INPC/IBGE

Voltando a discussão sobre a importância do setor público para o estado do Acre, percebe-se claramente que este setor, considerado aqui como setor público federal, estadual, municipal e entidades empresariais estatais, é responsável pela maioria dos postos de trabalho em todo o período.

Tabela 7. Número de emprego segundo a Natureza Jurídica – Acre, 2002-2010

NATUREZA JURÍDICA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Setor Público	42.924	42.083	43.944	45.518	46.826	50.312	52.333	53.151	63.104
Federal	2.253	820	1.064	953	2.288	2.237	2.404	1.172	2.889
Estadual	28.215	28.545	29.800	29.628	30.448	32.809	33.406	33.069	39.683
Municipal	9.658	10.018	10.852	12.392	11.132	12.134	13.419	15.389	17.769
Ent. Emp. Estat.	2.798	2.700	2.228	2.545	2.958	3.132	3.104	3.518	2.763
Valor (%)	67,72	61,44	59,60	57,31	54,71	54,68	53,01	50,14	52,07
Setor Privado	25.515	26.417	29.787	33.913	38.757	41.697	46.391	52.862	58.083
Ent. Emp. Priv.	21.687	22.960	26.226	29.930	33.958	36.138	40.949	46.021	49.991
Ent. Sem Fins Luc.	2.867	2.508	2.506	2.822	3.660	4.291	4.122	5.285	6.198
Pessoas Físicas	961	949	1.055	1.161	1.139	1.268	1.320	1.556	1.894
Valor (%)	37,28	38,56	40,40	42,69	45,29	45,32	46,99	49,86	47,93

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Na tabela 7 é possível analisar o número de emprego de acordo com a natureza jurídica dos estabelecimentos.

A comparação do percentual de empregos nos setores público e privado nos mostra que o setor público esteve sempre à frente do setor privado. Nota-se, no entanto, uma tendência de crescimento no setor privado maior que no setor público, possibilitando uma aproximação do número de vagas ofertadas nas esferas privada e pública em 2009. Entretanto, em 2010, o setor público voltou a crescer mais que o privado.

Tabela 8. Número de emprego segundo o setor econômico – Acre, 2000/2010

SETOR DE ATIVIDADE	2000	2010	Varição Absoluta	Varição (%)
Extrativa Mineral	63	220	157	249,21
Indústria de Transformação	2.673	6.769	4.096	153,24
Serviços Industriais de Util. Pública	780	978	198	25,38
Construção Civil	2.644	8.960	6.316	238,88
Comércio	7.948	19.281	11.333	142,59
Serviços	10.674	23.955	13.281	124,42
Administração Pública	35.256	57.764	22.508	63,84
Agropecuária	1.410	3.260	1.850	131,21
TOTAL	61.448	121.187	59.739	97,22

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

É importante analisar também o número de emprego formal segundo o setor de atividade econômica, a fim de conhecer o desempenho e a participação de cada setor na composição do emprego no mercado de trabalho acreano. Na tabela 8, observa-se crescimento em todos os setores. Extrativa Mineral e Construção Civil obtiveram a maior variação percentual, com um aumento de 249,2% e 238,9%, respectivamente, no número de postos de trabalho. A Administração Pública, apesar de ser responsável por contratar o maior número de trabalhadores formais, está entre os setores com o menor crescimento percentual de postos de trabalho no período.

A figura 2 mostra o percentual de emprego segundo o setor econômico em 2010. Observa-se que a Administração Pública oferta 47,67% dos postos de trabalho formais do estado do Acre. A seguir vem o setor de Serviços com 19,77%, Comércio com 15,91% e Construção Civil com 7,39%. Os demais setores juntos empregam em torno de 9% dos trabalhadores formais.

É importante esclarecer que administração pública é diferente de setor público. O setor público contempla além da administração pública outros setores nos quais a União, o Estado ou o Município exercem alguma atividade. Por exemplo, dentro do setor de serviços uma parte dos trabalhadores é vinculada ao setor público e presta serviço público.

Outra variável extremamente importante neste estudo é o número de admissões e demissões.

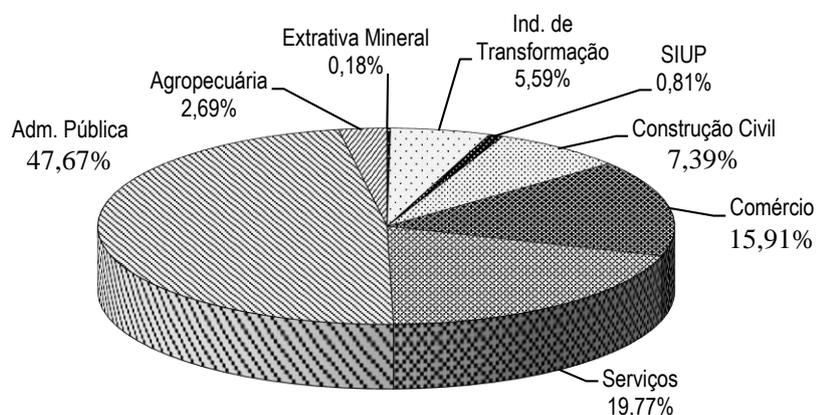


Figura 2. Percentual de emprego segundo o setor econômico – Acre, 2010

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Na tabela 9 observa-se que o número de admitidos no mercado de trabalho aumenta praticamente em todos os anos. Porém, conforme crescem as admissões, aumenta também o número de demissões. A taxa de crescimento anual das admissões foi de 15,86% e de demissões 15,61%.

Um dado interessante é o número de trabalhadores demitidos no mesmo ano da contratação. Em 2010, por exemplo, dos 55.161 admitidos, 18.676 foram demitidos antes de completar 1 ano na empresa. Em média 34% dos admitidos são demitidos no mesmo ano em que foram contratados. Isto pode indicar um grau de rotatividade bastante elevado.

Tabela 9. Número de admissões e demissões – Acre, 2000-2010

Ano	Admitidos	Demitidos	Demitidos no ano da admissão
2000	16.422	12.541	5.926
2001	19.517	15.549	7.135
2002	21.628	17.448	7.356
2003	22.325	17.577	6.813
2004	26.203	18.928	8.047
2005	31.830	22.280	10.609
2006	38.189	28.132	13.527
2007	38.124	27.549	12.304
2008	43.720	34.894	14.757
2009	49.426	39.981	17.932
2010	55.161	40.961	18.676
Tx. cresc. Anual	15,86	15,61	15,30
Tx. cresc. Acum,	335,90	326,62	315,15

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

3.2 Resultados agregados de rotatividade

As taxas de admissão e demissão apresentam o mesmo comportamento, ou seja, a mesma tendência de ascensão e queda. Dessa forma, no período em que se observa aumento das contratações ocorre também aumento de demissões. Isso pode ser percebido tanto para Acre quanto para o Brasil, conforme a figura 3.

As taxas de admissão e demissão no Acre são menores que as observadas no Brasil, porém crescentes em quase todo o período. O ano 2010 foi o de melhor resultado das contratações para o Acre.

Em resumo, percebe-se que as taxas de admissão e demissão são bastante elevadas. A taxa média de admissão do Acre foi de 39%, a demissão foi de 30%. O que significa que, aproximadamente, de cada 10 trabalhadores de uma empresa 3 são demitidos e 4 são admitidos em cada ano.

Para o Brasil essas taxas são ainda maiores. Com uma taxa média de admissão de 53% e demissão de 46%, é como se no Brasil, metade de cada empresa fosse demitida e outra metade admitida. Isto mostra a expressiva rotatividade da mão-de-obra.

Os movimentos opostos de admissão e demissão de trabalhadores nas diferentes empresas podem ser resumidos por uma taxa de Rotatividade de Trabalhadores. Analisando de forma comparativa o Brasil e o Acre, verifica-se que no Acre as taxas de rotatividade são menores. A estimativa dessa variável para o Acre apresenta trajetória de ascensão para quase todos os anos da série estudada, com exceção de 2007 e 2010, nos quais mostrou retração.

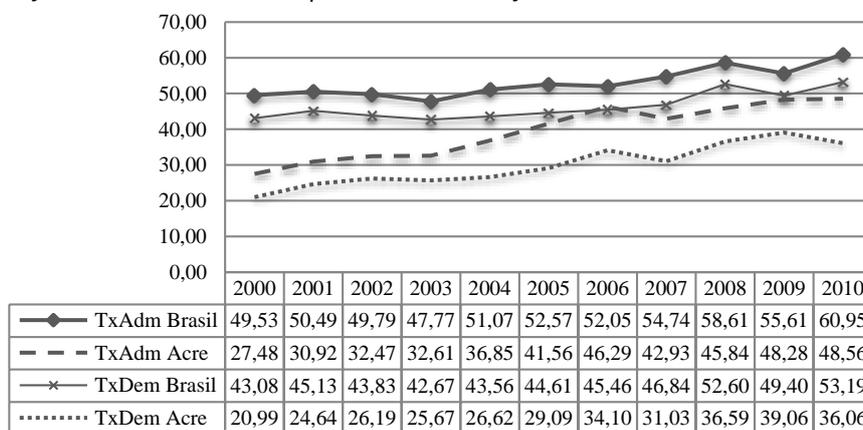


Figura 3. Taxa de Admissão e Demissão – Acre e Brasil, 2000-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

Uma retração da taxa de RTrab é muito boa considerando os níveis elevados verificados no período. O Brasil, a partir de 2007, apresentou taxas acima

de 100% e o Acre obteve taxas de até 87% em 2009. Essa medida de rotatividade sugere que mais de 80% dos trabalhadores do estado do Acre mudaram de empregador em 2009.

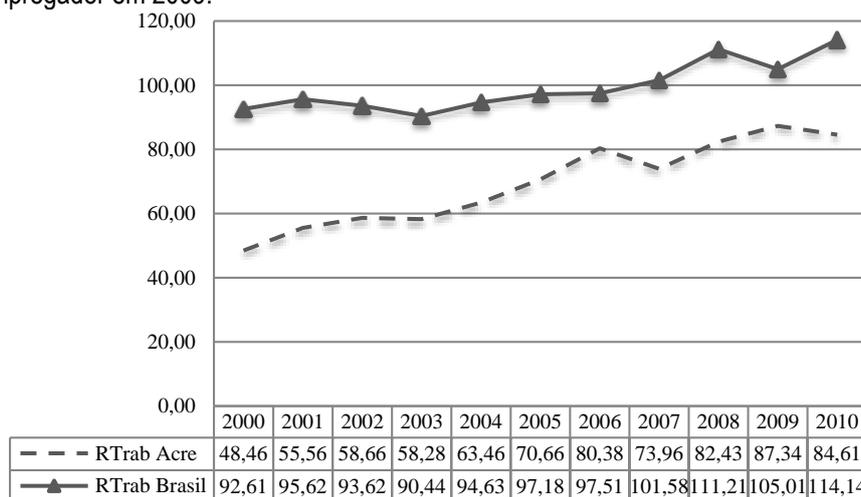


Figura 4. Taxa de Rotatividade de Trabalhadores – Acre e Brasil, 2000-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

A taxa média de rotatividade no Acre foi de 69,44% e no Brasil de 99,41%. Este resultado é semelhante ao obtido por Almeida (2004) que, no período de 1985 a 2001, encontrou uma rotatividade média para o Brasil de 94%. A estimativa da RTrab pode ser observada na figura 4.

As taxas de RTrab observadas podem indicar uma baixa qualidade dos postos de trabalho, pois não há vínculos trabalhistas sólidos. Conforme foi discutido anteriormente, altas taxas de rotatividade podem ser prejudiciais à economia, pois o curto tempo de permanência no emprego impede o investimento na qualificação específica do trabalhador. A baixa qualificação, por conseguinte, implica em diminuição de produtividade e da qualidade do emprego, gerando mais rotatividade.

A figura 5 mostra as taxas de rotatividade com desagregação para todos os municípios do estado do Acre. Nela se verifica que os municípios de Capixaba e Marechal Thaumaturgo foram os únicos a apresentarem rotatividade maior que a média do Brasil e acima de 100%. A capital do Estado, Rio Branco, apresentou rotatividade média de 69,20%, praticamente igual a do Acre, e Cruzeiro do Sul, 2º maior do Estado, teve rotatividade média de 77,48%.

As menores taxas de rotatividade foram observadas nos municípios de Santa Rosa, Porto Walter e Rodrigues Alves.

Avaliando o Crescimento Líquido do Emprego, percebe-se que no Acre as taxas de CLE são superiores as obtidas pelo Brasil em todos os anos da série.

Portanto, embora a taxa de admissão no Brasil seja maior, o Acre gera mais empregos.

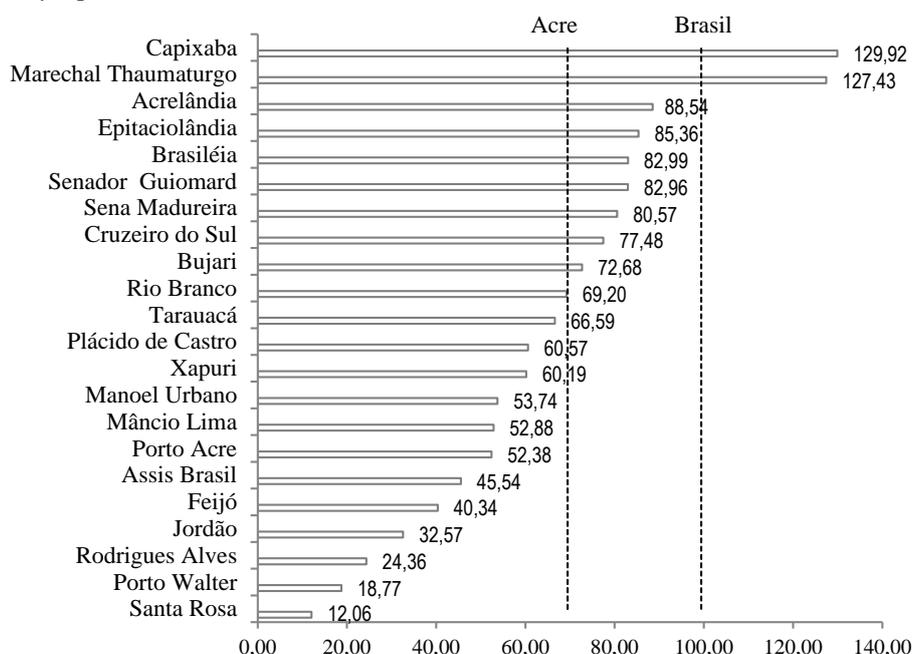


Figura 5. Taxa Média de Rotatividade de Trabalhadores – Municípios do Acre, 2000-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

A média do Crescimento Líquido do Emprego do Acre foi 9,43% e do Brasil, 6,62%. Observe a figura 6.

A taxa de CLE do Acre mostrou trajetória ascendente de 2002 a 2005 e em 2010 e uma sensível queda em 2008. De fato, 2008 foi o único ano em que houve desaceleração do crescimento do emprego líquido simultaneamente no Acre e no Brasil.

Esse período coincide com a crise mundial iniciada nos Estados Unidos e, apesar de o Brasil não ter sido afetado tão intensamente como outros países, pode ter refletido na diminuição do emprego líquido. Até 2010 o Brasil não tinha conseguido atingir o patamar de crescimento alcançado antes da crise. O Acre, neste mesmo ano obteve seu melhor resultado.

O Crescimento Líquido do Emprego nos municípios do Acre pode ser visto na figura 7. Os municípios que mais geraram empregos no Estado foram Epitaciolândia, Sena Madureira e Marechal Thaumaturgo, com taxas de CLE de 27,79%, 21,40% e 18,96%, respectivamente.

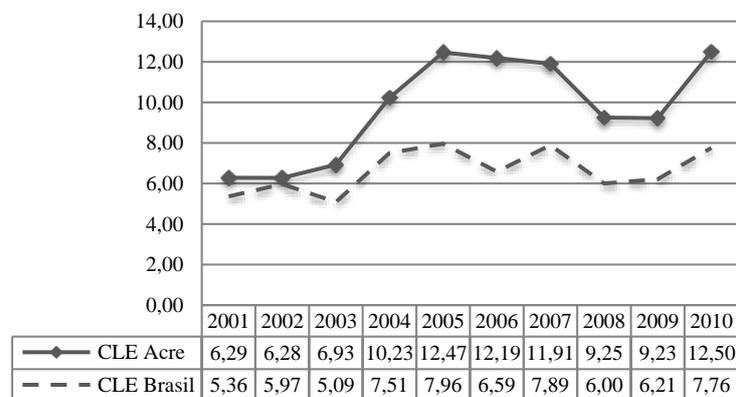


Figura 6. Taxa de Crescimento Líquido do Emprego – Acre e Brasil, 2000-2010
Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

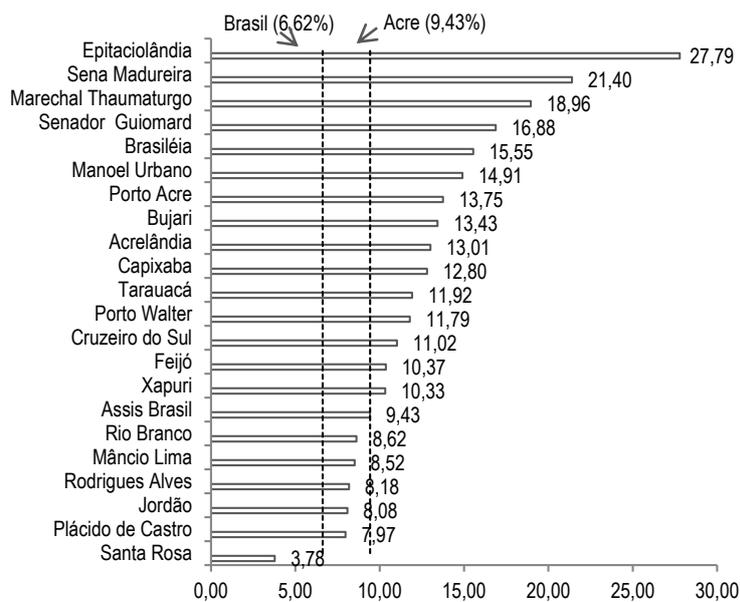


Figura 7. Taxa Média de Crescimento Líquido do Emprego – Municípios do Acre, 2000-2010
Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

Rio Branco com taxa média de crescimento do emprego de 8,62%, aparece em 17º, abaixo de Cruzeiro do Sul e abaixo da média de crescimento do Acre. E, novamente, Santa Rosa figura em último lugar com CLE de 3,78%, menor que a média do Acre e do Brasil.

3.3 Resultados setoriais de rotatividade

Nesta seção será feita a análise das taxas de criação, destruição e realocação de postos de trabalho e crescimento líquido do emprego com controles de setor de atividade econômica para o estado do Acre. O objetivo é descrever quais ramos da economia acreana são mais propensos a rotatividade e quais respondem pelo maior crescimento do emprego formal líquido. Os setores mais representativos serão observados separadamente e, em seguida será feita uma análise comparativa.

3.3.1 Administração Pública

A administração pública é o setor que responde pelo maior número de postos de trabalho. Em torno de 48%, ou seja, quase metade dos trabalhadores formais acreanos pertence à administração pública. Além de ser o maior empregador, se comparado aos demais setores, tem sido tradicionalmente responsável pela oferta de postos de trabalho de qualidade, pelo menos enquanto entendida como estabilidade das relações contratuais e oportunidades de treinamento e desenvolvimento dos trabalhadores.

Este setor exibe as menores taxas de rotatividade de trabalhadores. Em média a rotatividade observada foi de 23%, bem abaixo da rotatividade dos outros setores. A figura 8 mostra que em 2009, quando ocorreu a maior taxa de rotatividade, esta não chegou aos 40% sendo inferior a rotatividade média do Estado. Isto acontece principalmente porque a administração pública possui uma forma diferenciada de contratação e demissão dos seus trabalhadores. A regulamentação própria e os critérios bem mais rígidos tanto para admissão quanto para desligamento resultam em baixas taxas de rotatividade.

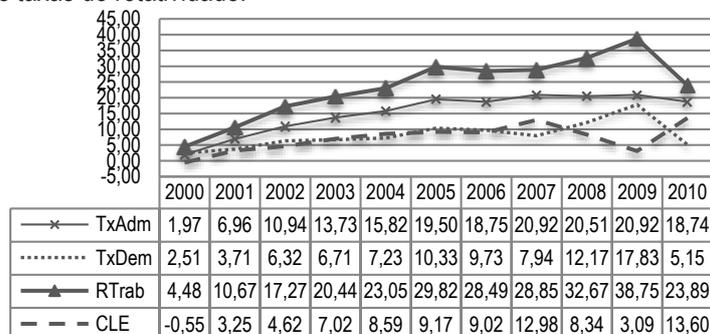


Figura 8. Taxas de Admissão, Demissão, Rotatividade de Trabalhadores e Crescimento Líquido do Emprego na Administração Pública, – Acre, 2000-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

A partir de 2001 a admissão de trabalhadores é maior que a demissão, portanto o crescimento líquido do emprego é positivo no período. Em 2010 ocorreu o maior crescimento de emprego líquido para o setor.

3.3.2 Serviços

O setor de serviços representa aproximadamente 20% dos trabalhadores formais acreanos, sendo o segundo setor que mais emprega no mercado formal.

Ao analisar as taxas de admissão e demissão de trabalhadores, conforme a figura 09 percebe-se que a admissão foi continuamente maior que a demissão. Deste modo, em toda a série estudada o crescimento líquido do emprego é positivo. Em 2006 se observou o maior crescimento do emprego líquido neste setor.

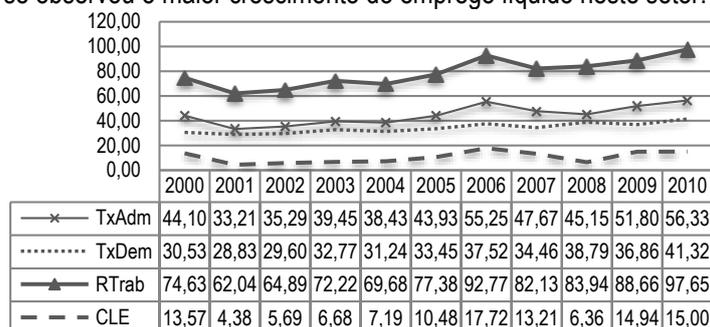


Figura 9. Taxas de Admissão, Demissão, Rotatividade de Trabalhadores e Crescimento Líquido do Emprego no setor de Serviços – Acre, 2000-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

O setor de serviços mostrou-se um pouco mais estável que outros setores, pois exibiu uma rotatividade média de 78,73%, resultante de uma taxa de admissão de 44,60% e demissão de 34,13%. Embora seja uma alta rotatividade, este argumento é apropriado, sobretudo se considerarmos que a maioria dos setores apresentou rotatividade acima de 100%.

3.3.3 Construção Civil

O setor da construção civil emprega 7,39% dos trabalhadores acreanos no mercado de trabalho formal. Impulsionado principalmente pelas obras do governo, foi um dos setores que mais criou empregos no Estado. Porém, foi também responsável pelas maiores taxas de demissão e de rotatividade, conforme pode ser visto na figura 10.

Uma possível explicação para os altíssimos níveis de rotatividade deste setor é que a maioria dos trabalhadores empregados possui baixa qualificação profissional, os salários percebidos também são baixos, o que facilita tanto a demissão como a recontração do profissional a qualquer momento. Além disso, a atividade do setor diminui sensivelmente no período do inverno, devido ao aumento significativo no custo do transporte de alguns materiais e às próprias condições climáticas que prejudicam o andamento das obras. Assim, há uma tendência de contratação e demissão em determinado período do ano.

Outra particularidade deste setor no estado do Acre e que implica diretamente na rotatividade é a dependência das empresas por contratos de obras do Governo do Estado. Assim, com término das obras e fim do contrato a maioria dos trabalhadores é demitida.

Em dois anos consecutivos, 2002 e 2003, houve destruição de emprego, pois o crescimento líquido do emprego apresentou resultados negativos. As maiores taxas de admissão, demissão e rotatividade foram observadas em 2001. As médias de admissão e demissão de trabalhadores foram de 135,41% e 115,60%, respectivamente. A taxa média de rotatividade foi de 251% e o crescimento líquido do emprego ficou em torno 20%.

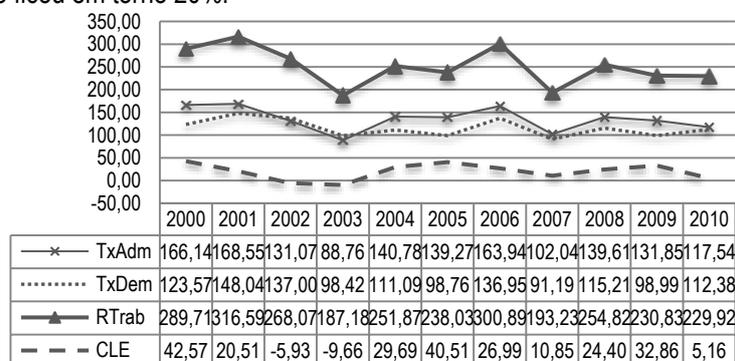


Figura 10. Taxas de Admissão, Demissão, Rotatividade de Trabalhadores e Crescimento Líquido do Emprego no setor da Construção Civil – Acre, 2000-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da RAIS.

3.3.4 Comparativo dos Setores⁶

As taxas de rotatividade para a maioria dos setores econômicos no Acre é maior que a média brasileira. Com exceção do setor de administração pública, serviços industriais de utilidade pública e serviços todos os demais apresentaram realocação acima de 100%. O setor extrativa mineral, por exemplo, apresentou taxa de rotatividade de 150,32%. A indústria de transformação, o comércio e a agropecuária exibiram taxas, respectivamente, de 134,26%, 125,64% e 115,87%.

Os setores que apresentaram maior Crescimento Líquido do Emprego no período foram extrativa mineral e construção Civil, com taxas médias de 23% e 20% respectivamente. Em seguida aparece o setor do comércio, com 13%, e com o menor crescimento do emprego, o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, com CLE de 2%. Os demais setores apresentaram CLE entre 10% e 7%. Todos os setores

⁶ A figura ilustrativa com a estimação da TxAdm, TxDem, RTrab e CLE para o setor do Comércio, Extrativa Mineral, Indústria da Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca constam no Apêndice.

exibiram crescimento médio do emprego líquido positivo, ou seja, em média criaram mais emprego do que destruíram.

4 CONCLUSÃO

O estudo da rotatividade no mercado de trabalho tem contribuído bastante para a uma melhor compreensão sobre a dinâmica de funcionamento desse mercado. Este conhecimento possibilita a construção de políticas públicas apropriadas, que implicam diretamente na eficiência produtiva da economia e no bem estar dos trabalhadores.

Apesar da relevância do tema, o estado do Acre não possuía pesquisas que tratassem de forma específica sobre a flexibilidade do mercado de trabalho. Este trabalho de forma pioneira estima as taxas de admissão, demissão e rotatividade de trabalhadores com o objetivo de medir a flexibilidade do mercado de trabalho em todos os municípios do estado do Acre.

Os resultados encontrados demonstram que o mercado de trabalho formal acreano vem crescendo nos últimos anos, ofertando cada vez mais postos de trabalho. Mesmo assim o crescimento não é suficiente para atender a demanda. Em 2009, por exemplo, o número de empregados no mercado formal representava apenas 30,73% da PEA. Portanto, uma grande parte da população ainda está desempregada ou na informalidade.

Constatou-se também que a maioria dos trabalhadores do Acre possui o ensino médio completo, contudo, há uma tendência de aumento de postos de trabalho para pessoas com nível superior completo, principalmente para mulheres. Por outro lado, houve redução significativa do emprego para quem possui baixa escolaridade.

Houve também crescimento do número de postos de trabalho para jovens e para pessoas acima de 50 anos. A remuneração dos trabalhadores foi em média de R\$ 1.400,00 e o setor público ainda emprega mais trabalhadores que o setor privado, embora haja uma tendência de crescimento no setor privado maior que no setor público.

Este trabalho, assim como todas as pesquisas aqui mencionadas, concluiu que a flexibilidade do emprego no Brasil é muito alta, pois as taxas de rotatividade são bem elevadas. Nas palavras de Gonzaga (1998) a flexibilidade no Brasil é excessiva, situando-se acima do nível ótimo de flexibilidade alocativa.

As taxas de rotatividade média do Acre e do Brasil foram de 69,44% e 99,41%, respectivamente, o que pode sugerir baixa qualidade da maioria dos postos de trabalho. Os municípios que exibiram as maiores taxas de rotatividade foram os municípios de Capixaba e Marechal Thaumaturgo com rotatividade acima de 100%.

Na análise setorial, o setor da construção civil registrou a maior rotatividade, com média de 251%. Este resultado coincide com os resultados obtidos

por Corseuil et al. (2002) e Almeida (2004). A administração pública apresentou a menor rotatividade do Estado.

A criação líquida do emprego no Acre é positiva, porém não é tão expressiva porque, na medida em que são criados postos de trabalho, estes são também destruídos. A média de Crescimento Líquido do Emprego no Acre foi de 9,43% e no Brasil 6,62%.

Os setores extrativa mineral e construção civil registraram as maiores taxas de CLE no Acre. Este resultado é diferente do encontrado por Almeida (2004) que observou no Brasil maior crescimento do emprego nos setores do comércio e serviços.

Os municípios que mais geraram empregos no Estado foram Epitaciolândia e Sena Madureira. O menor crescimento líquido do emprego foi observado no município de Santa Rosa, o único com média de crescimento do emprego menor que a do Brasil.

A limitação deste trabalho está relacionada a base de dados utilizada (RAIS on line) que não permite identificar o que é criação de um posto de trabalho e o que é apenas reposição de vagas, já que os dados estão agregados. Dessa forma, não foi possível calcular as taxas de criação e destruição de postos. Outra limitação está na análise das variáveis que explicam a rotatividade.

Futuras pesquisas podem estimar a rotatividade com foco em variáveis como a escolaridade do trabalhador, o sexo, o nível salarial, faixa etária, tamanho da empresa, relação com o ciclo econômico, entre outras. Dessa forma, pode-se entender melhor as causas da rotatividade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. M. **Criação e destruição de postos de trabalho no setor formal brasileiro: uma abordagem por gênero**. 2004. 117f. Dissertação (Mestrado em Economia). Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2004/Hailton_Madureira.pdf> Data de acesso: 18 Jun 2009.
- BARROS, R. P. et al. **Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1997. (Texto para Discussão, 499).
- CORSEUIL C. H. et al. **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2002. (Texto para Discussão, 855).
- GONZAGA, G. **Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil**. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, p. 120-140, jan./mar. 1998.
- PAZELLO, E.; BIVAR, W.; GONZAGA, G. **Criação e destruição de postos de trabalho por tamanho de empresa na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: PUC Rio, ago. 2000. (Texto para Discussão, 431).
- RAMOS, L.; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1997. (Texto para Discussão, 468).
- RODRIGUES, C.; MACHADO, A. F. Criação e destruição de postos de trabalho nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. In: MACAMBIRA, J. (org.) **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 117-148.